



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**MENSAGEM Nº 036, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.**

**Senhora Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

Submeto à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que visa promover o aperfeiçoamento da Lei Municipal nº 170/2015, que instituiu a Gratificação de Atividade e Apoio Eleitoral. A presente proposição busca, primariamente, corrigir a histórica defasagem remuneratória da verba, substituindo o seu valor nominal fixo por um índice de 100% (cem por cento) do que for estabelecido como vencimento base do servidor. Adicionalmente, o Projeto consolida a inclusão dos servidores formalmente **cedidos** no rol de beneficiários da gratificação, provendo a necessária segurança jurídica e a convalidação de eventuais pagamentos pretéritos. Esta medida reafirma o reconhecimento do Município ao serviço essencial prestado à Justiça Eleitoral e estabelece critérios de compensação mais justos e proporcionais ao grau de dedicação exigido das atividades.

A concessão desta gratificação e a manutenção integral do ônus remuneratório dos servidores para o Município de Marco, enquanto estes prestam serviço exclusivo à Justiça Eleitoral, encontram amparo nas alterações promovidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município. As Leis Complementares Municipais nº 37/2023 e nº 39/2023 alteraram o art. 115 do Estatuto para estabelecer a vedação genérica à cessão com ônus. Contudo, essa vedação ressaí expressamente excepcionada, nos termos do §1º-A do referido artigo, quando as cessões se destinarem ao Poder Judiciário com competência sobre o território marquense. A Justiça Eleitoral, na qualidade de ramo especializado do Poder Judiciário Federal, exercendo sua jurisdição pela 96ª Zona Eleitoral sobre o território do Município de Marco, enquadra-se de maneira inequívoca nesta exceção legal, conferindo total legalidade à assunção do custo da gratificação pelo município.



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

Além disso, o artigo 1º da Lei nº 170/2015, em sua redação original, incorreu em incongruência textual ao limitar o rol de beneficiários apenas aos "servidores requisitados", embora a Ementa fizesse menção também aos "cedidos". Esta omissão, sanada no novo artigo 1º, exige a convalidação administrativa. O § 2º do artigo 5º estabelece a retroatividade dos efeitos das alterações promovidas nos arts. 1º e 2º a 25 de janeiro de 2023, data crucial de vigência da Lei Complementar Municipal nº 37/2023, que iniciou o tratamento legal das cessões com ônus para o Poder Judiciário. Esta medida confere a necessária segurança jurídica, ratificando a legalidade de eventuais pagamentos da Gratificação realizados aos servidores cedidos desde a consolidação do arcabouço legal da cessão com ônus no Município, com o intuito de confirmar a boa-fé administrativa.

É fundamental sublinhar que a natureza da Gratificação de Atividade e Apoio Eleitoral é estritamente temporária e compensatória, sendo concedida apenas durante o período de efetiva atuação na Justiça Eleitoral sob os regimes de requisição ou cessão, cujos prazos são controlados e determinados. Conforme rigorosamente mantido no novo artigo 2º da Lei Municipal nº 170/2015, é expressamente vedada a sua incorporação permanente aos vencimentos do servidor, garantindo-se, assim, total aderência do Município às normas que regulam as vantagens pecuniárias de caráter transitório.

Esta Administração, em total observância à Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), atesta a compatibilidade da proposta com a capacidade financeira do Município de Marco. O estudo de impacto demonstra que o quantitativo de agentes públicos beneficiados por esta gratificação, que são exclusivamente os lotados na Justiça Eleitoral sediada em Bela Cruz, é estrito e historicamente estável, fato que permite o gerenciamento e a absorção do acréscimo de despesa gerado.

A convalidação administrativa prevista no § 2º do art. 5º da proposição tem caráter meramente de regularização jurídica, voltada a reconhecer a validade



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

dos pagamentos já realizados de boa-fé aos servidores formalmente cedidos à Justiça Eleitoral desde 25 de janeiro de 2023, data em que entrou em vigor a Lei Complementar Municipal nº 37/2023.

Essa retroatividade é limitada e sem efeitos financeiros adicionais, não implicando em qualquer novo desembolso retroativo nem criação de despesa sem prévia autorização orçamentária, observando-se integralmente o disposto nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As despesas decorrentes da majoração da fórmula de cálculo da Gratificação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, já existentes, sob a rubrica de pessoal e encargos, mantendo-se o Município dentro dos limites legais de gasto com pessoal.

Em vista do exposto, e na certeza de que a presente medida cumpre um papel fundamental de justiça remuneratória e consolidação da legalidade administrativa, ao mesmo tempo em que fortalece o apoio institucional à Justiça Eleitoral em nosso território, solicito a análise atenta e a célere aprovação do incluso Projeto de Lei.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 20 de outubro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**PROJETO DE LEI Nº 036, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025**

**ALTERA OS ARTS. 1º, 2º E 3º DA LEI MUNICIPAL Nº 170, DE 25 DE AGOSTO DE 2015, PARA INCLUIR OS SERVIDORES FORMALMENTE CEDIDOS À JUSTIÇA ELEITORAL COMO BENEFICIÁRIOS DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE E APOIO ELEITORAL, AJUSTAR O VALOR PARA 100% (CEM POR CENTO) DO VENCIMENTO BASE E ESTABELECEER RETROATIVIDADE LIMITADA PARA FINS DE CONVALIDAÇÃO DE PAGAMENTOS PRETÉRITOS**

O **PREFEITO MUNICIPAL** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º.** Os arts. 1º, 2º e 3º, todos da Lei Municipal nº 170, de 25 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 1º. Fica instituída a Gratificação de Atividade e Apoio Eleitoral aos servidores municipais de Marco, **cedidos ou requisitados** formalmente, para prestarem serviços à Justiça Eleitoral no âmbito da 96ª Zona Eleitoral, devendo haver expressa comprovação da lotação na unidade, excluídos os servidores cedidos ou requisitados de forma eventual ou esporádica e aqueles pertencentes a outros órgãos." (NR)*

*"Art. 2º. A gratificação de que trata o artigo primeiro será concedida ao servidor durante o período em que permanecer regularmente requisitado ou **cedido** para a Justiça Eleitoral, na forma da legislação pertinente, não podendo ser objeto de incorporação permanente aos vencimentos do servidor, ainda que passe à inatividade." (NR)*

*"Art. 3º O valor da referida gratificação será equivalente a **100% (cem por cento) do vencimento base do servidor municipal requisitado ou cedido** visando à justa compensação pelas atividades desempenhadas junto à Justiça Eleitoral e à recomposição da proporcionalidade remuneratória exigida pela dedicação exclusiva e complexa demandada pela atividade." (NR)*



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

---

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, na forma da legislação aplicável, observando-se os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**§ 1º** Os efeitos financeiros decorrentes da alteração promovida no art. 3º desta Lei, que redefine o valor da Gratificação de Atividade e Apoio Eleitoral para o percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento base do servidor, produzirão efeitos a partir do dia 01º de outubro de 2025.

**§ 2º** As alterações promovidas nos arts. 1º e 2º desta Lei, que incluem os servidores formalmente cedidos à Justiça Eleitoral no rol de beneficiários da Gratificação de Atividade e Apoio Eleitoral, terão efeitos financeiros retroativos a 25 de janeiro de 2023, exclusivamente para fins de ratificação e convalidação jurídica de eventuais pagamentos que tenham sido efetivamente realizados a essa categoria de servidores, vedada a geração de novos valores retroativos ou quaisquer diferenças remuneratórias.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 20 de outubro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal